

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.049 - RJ (2019/0235188-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : DILCE DE OLIVEIRA MESQUITA
ADVOGADA : LUÍS HENRY BOFFY - RJ056410
EMBARGADO : RNG DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA
ADVOGADOS : KAREN DO AMARAL PERELMITER - RJ092649
CARLOS ARTHUR CARRIJO RODA FERREIRA - RJ125655
MATEUS SCISINIO CONDE MOTA - RJ151001

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por DILCE DE OLIVEIRA MESQUITA, à decisão de fls. 211/212, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Referido entendimento exsurge do inserto nos itens 5 e 6 de fl. 4 das Razões da Recorrente, no AI em REsp, onde, *concessa maxima venia*, ao invés do equivocadamente sustentado como razão de inadmissão, a Agravante cumpriu cabalmente o disposto no § 6º do art. 1.003 do CPC.

[...]

tanto assim o é, que a Secretaria da 23ª CC do TJRJ, à fl. 37, certificou a tempestividade do recurso e gratuidade de Justiça [...]

[...]

De igual sorte, observando o disposto nos itens 1 e 2 de fl. 160 das Razões da Recorrente, no REsp, dada vênica, o equívoco também é cristalino, visto que, restou cumprido o aludido permissivo legal (fl. 216).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Cumpra esclarecer, pois se encontra pacificado nesta Corte, que a ocorrência de feriado local, recesso, paralisação ou interrupção do expediente forense deve ser demonstrada, no ato da interposição do recurso que pretende seja conhecido por este

Superior Tribunal de Justiça

tribunal, por documento oficial ou certidão expedida pelo Tribunal de origem, **não bastando a mera menção ao feriado local nas razões recursais**, tampouco a apresentação de documento não dotado de fé pública (AgInt no REsp 1686469/AM, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/03/2018, DJe 27/03/2018).

Ademais, de acordo com a jurisprudência do STJ, "o juízo de admissibilidade do recurso especial é bifásico. A decisão proferida pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial. Isso porque compete a esta Corte, órgão destinatário do recurso especial, o juízo definitivo de admissibilidade" (AgInt no REsp n. 1.684.240/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/2/2018).

Do mesmo modo, certidão lavrada por servidor público ou pelo sistema nos autos do processo que atesta a tempestividade do recurso não impede o reexame desse requisito pelo STJ. Nesse sentido: AgRg no REsp n. 770.786/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 8/3/2010; e AgRg no AREsp n. 703.592/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/8/2015.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

